

**CDS-PP**  
**Grupo Municipal de Lisboa**

## VOTO DE PROTESTO

### Requalificação do Eixo Central

#### **Incumprimento das decisões camarárias e apresentação de projecto e soluções aos residentes, comerciantes e à Cidade**

A Câmara Municipal de Lisboa lançou, no ano passado, o anúncio público da empreitada de requalificação do Eixo Central, compreendido entre a Avenida Fontes Pereira de Melo e Entrecampos.

Dada a importância da intervenção na regeneração de uma via central da cidade mas também pelo impacto que a mesma irá trazer seja a nível de mobilidade e acessibilidades seja no espaço público e verde, várias foram as entidades e munícipes que cedo se interessaram pela discussão desta intervenção.

Nesse sentido, foram promovidos pelas entidades representativas dos moradores debates onde, nomeadamente, a Câmara Municipal de Lisboa se fez representar, no sentido de recolher as principais preocupações do impacto da intervenção em apreço, sendo na sua grande maioria questões relativas a críticas e alterações aos perfis, questões de segurança no tráfego e a ausência de estacionamento, quer durante a obra quer após a sua conclusão.

Tendo a Assembleia Municipal assumido um papel positivo, aberto e de veículo da clarificação de temas importantes para a cidade dando voz aos seus munícipes, foi promovido um debate público sobre a referida intervenção, em que tomaram a palavra a Câmara Municipal de Lisboa (executivo e oposição), associações de moradores da área territorial da obra, forças políticas representadas na AML, entidades diversas e público em geral.

Uma vez mais, a preocupação com a diminuição dos lugares de estacionamento foi largamente mencionada nas intervenções, seja pela via de solicitação de soluções alternativas durante a execução da obra seja no pós, bem como a necessária clarificação dos acordos estabelecidos entre o Município e parques públicos existentes no que respeita a tarifas reduzidas para moradores e os incumprimentos daí decorrentes, de que é exemplo o Parque da Alves Redol.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_  
ENT 559/SG/DAOSM/GAAM/16

DATA 19/02/16

Face à necessidade de garantir uma alternativa, definida previamente à aprovação do projecto, o CDS-PP apresentou uma moção (37/2015), aprovada por unanimidade na reunião de CML de 11 de Novembro de 2015 com os seguintes pontos:

1. Ponderar a possibilidade de inclusão, no projecto de requalificação do Eixo Central, as considerações e propostas que constituam solução para diminuir o impacto, para residentes e comerciantes, resultantes dos diferentes contributos, (...);
2. Divulgar, no prazo de 90 dias, junto dos moradores os tarifários que negociou para os parques de estacionamento privados de uso público, de acordo com o compromisso do Vereador Manuel Salgado perante as Associações de Moradores durante o Plenário realizado no dia 6 de Outubro de 2015;
3. Divulgar, no prazo de 90 dias, junto dos moradores e comerciantes o planeamento da execução de empreitada, por forma a tentar minimizar os impactos e constrangimentos que a mesma vai obrigar.
4. Promover uma sessão pública para apresentar as ideias, alterações e benfeitorias que integrou no projecto de requalificação do eixo central.

Na sessão de Câmara realizada no passado dia 17 de Fevereiro, o executivo apresentou a proposta 51/2016, que teve por objecto aprovar a adjudicação da empreitada nº 22/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 – Requalificação de espaço público no Eixo Central da Cidade de Lisboa, proposta aprovada por maioria.

Esta deliberação foi tomada sem que o executivo camarário respeitasse a moção anteriormente apresentada e cujos mesmos eleitos aprovaram por unanimidade, o que se traduz num manifesto desrespeito pelo incumprimento das decisões tomadas por aquele órgão como um desrespeito pelos munícipes e, em particular, pelos moradores e comerciantes da zona de intervenção da obra.

Face ao exposto, o CDS não aceita que as soluções requeridas por diversos munícipes e cidadãos à Câmara Municipal de Lisboa caiam em “saco roto” e, pior, que o executivo se comprometa a dar resposta em tempo útil e prévio sem que, posteriormente, cumpra para o efeito.

Lisboa necessita de regeneração e requalificação e, nessa matéria, estamos todos de acordo. O que não podemos é continuar a pactuar com o lançamento de empreitadas e intervenções com impacto significativo na vida das pessoas sem apresentar, previamente, soluções alternativas.

É uma necessidade exigida por todos, uma solução para todos, que a Câmara Municipal de Lisboa deve ter em conta, esperando coerência por parte do executivo com aquilo que são


promessas feitas nos debates e secundadas com deliberações tomadas em Câmara, de que é espelho a unanimidade em torno da moção 37/2015.

**Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 23 de Fevereiro de 2016, delibera:**

- 1. Lamentar a ausência de sessão pública de apresentação das ideias, alterações e benfeitorias integradas no projecto de requalificação do eixo central;**
- 2. Protestar pelo incumprimento das recomendações emanadas, por votação unânime, na moção 37/2015, que tinha como objectivo encontrar, por parte do Município e no prazo de 90 dias:**
  - a) alternativas para minimizar o impacto da obra junto dos residentes e comerciantes;**
  - b) a divulgação das negociações com parques de estacionamento privado de uso público de tarifas reduzidas;**
  - c) a divulgação junto dos residentes e comerciantes do planeamento da execução da empreitada.**

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2016

O Grupo Municipal do CDS-PP



Diogo Moura

